

Economia - Brasil

Catástrofes antes de uma estabilidade

GAZETA MERCANTIL

por Celso Pinto de Londres

Estabilizar a economia brasileira é fácil. O problema é o presidente Fernando Collor, que resiste em aceitar uma negociação política que implique repartir o poder, algo indispensável para a estabilização, como mostram as experiências de Israel e do México.

A tese é do professor Rudiger Dornbush, do Massachusetts Institute of Technology (MIT), um dos mais respeitados economistas internacionais na área de estabilização. Atento conhecedor da América Latina, onde já assessorou alguns governos, Dornbush fez uma palestra quarta-feira, em Londres, no Instituto de Estudos Latino-Americanos, ligado à Universidade de Londres.

Conhecido tanto pela competência quanto pela ácida franqueza com que costuma falar, Dornbush fez uma cortante análise do Brasil, especialmente de seu governo. Ele acha que, de uma forma ou de outra, o Brasil acabará estabilizando-se, talvez em dezoito meses. "A questão é saber quanta catástrofe acontecerá antes", diz ele. Como a resposta a esta questão depende, a seu ver, basicamente de Collor, ele está pessimista.

A estabilização, para Dornbush, depende da su-

peração de alguns problemas reais e de uma fantasia: a de que seria "impossível politicamente" enfrentar certas questões e aplicar certas medidas. Ele observou que tanto o México quanto a Argentina sofreram com esse "mito" durante muito tempo. Quando seus governos decidiram finalmente assumir o risco e implantar as mudanças, descobriram que o apoio e a popularidade política aumentaram, não diminuíram.

No Brasil, sugeriu Dornbush, a idéia de que é "impossível politicamente" fazer certas coisas continua ajudando a paralisar o País. "Como diz o ministro da Fazenda argentino, Domingo Cavallo, todo mundo que diz que é politicamente impossível fazer o que é preciso deve renunciar imediatamente", citou. "Esta é uma boa sugestão para Collor."

No lado dos problemas reais, Dornbush lembrou quatro aspectos centrais. O primeiro é a necessidade de eliminar o déficit do setor público que não possa ser financiado facilmente, "preferencialmente por recursos externos". Quanto mais avança a crise, menor é o espaço de financiamento. "Em certos países, hoje, emitir para financiar um déficit de 1% do PIB

(Continua na página 3)

Catástrofes antes de uma...

130
por Celso Pinto de Londres
(Continuação da 1ª página)

pode gerar hiperinflação", diz ele.

Não há, portanto, outra escolha. Mas como equilibrar as contas? Pelo lado da receita, fazendo uma reforma fiscal séria que modernize, simplifique e reduza as taxas, mas que aumente o rigor da cobrança. "Taxas menores e uma cobrança brutal", como foi feito no México. "Hoje, no México, quem não paga imposto vai para a cadeia. As pessoas adoram pagar impostos quando a alternativa é esta."

O setor público deve encolher, mas com a tática correta. "Collor acusou os funcionários públicos e não conseguiu demiti-los: o presidente mexicano Carlos Salinas falou que todos eram ótimos e, quietamente, demitiu 300 mil".

A privatização é outro exemplo. O processo é lento e deve ser persistente. O governo deve começar chamando os funcionários, oferecendo ações e indicando as possibilidades de melhorar a produtividade e, com isso, os salários. A venda de estatais hoje, no México, está gerando recursos para financiar o programa de gastos sociais. "Solidariedade", de enorme sucesso e popularidade política. "Ligar as duas pontas é uma boa razão para fazer a esquerda votar a favor da privatização", diz Dornbush.

De resto, argumenta, o setor público precisa encolher, não por razões ideológicas, mas porque as estatais são as maiores geradoras de déficit público "e o único jeito para resolver o problema é transferir as empresas para o setor privado".

O segundo aspecto da estabilização é o lado externo. Dornbush diz que no início dos anos 80 a resposta à questão da dívida "era gritar o máximo possível". Ele foi um dos poucos eco-

nomistas internacionais de prestígio a fazer isso, insistindo na necessidade de fazer os bancos pagarem uma parcela maior da crise.

Hoje, com a possibilidade de combinar redução da dívida com um programa que garanta um certo pagamento de juros no futuro, a situação seria diferente. Nesse contexto, é mais útil falar bem dos bancos publicamente e tentar arrancar o máximo nas negociações do que o inverso. "Se você fala bem dos bancos, o valor da dívida no mercado secundário aumenta, reduz o custo de capital para os bancos e eles ficam mais dispostos a dividir os ganhos com você", acredita Dornbush.

México é modelo do ajuste econômico

O México seria um exemplo: seu governo foi muito duro na negociação, mas muito cooperativo na retórica. "Hoje, a dívida deixou de ser um assunto no país", afirma. "Nem o Cardenas (líder de esquerda) fala mais sobre a dívida." O Brasil, segundo ele, tem sido um pêndulo: "Metade do tempo faz um enorme barulho contra os bancos, metade do tempo aceita pagar demais". Hoje seria o momento de "querer pagar tudo".

O terceiro aspecto importante é desregular a economia, buscar eficiência microeconômica, reduzindo entraves burocráticos e aumentando a competição. Os ganhos com produtividade só ocorrem uma vez, mas podem ser muito expressivos. O processo é lento "para uma década, não para dois ou três anos".

A abertura externa só é compensada lentamente pela produção interna, e as importações tendem a subir rapidamente, como aconteceu com o México. Como a abertura externa, contudo, tende a afetar interesses internos poderosos, é mais fácil fazê-la de uma vez, como aconteceu com o México e com a Argentina, do que gradualmente.

Finalmente, o quarto fator importante é ter um governo competente. "Se o governo perde legitimidade, como no Brasil, não se pode esperar que o resto da sociedade funcione", raciocina Dornbush. A legitimidade, por sua vez, "tem que vir da equidade, da disposição de melhorar a distribuição de renda, não dividindo o PIB, como fez o governo peruano de Alan García, mas aumentando os gastos sociais e cuidando de áreas básicas como educação e agricultura".

O México é o modelo de ajuste econômico ideal de Dornbush, mas está longe de ser um paraíso democrático. Neste ponto, seus argumentos são certamente polêmicos.

Dornbush acha que, apesar de ser virtualmente unipartidário, o sistema político mexicano seria mais competitivo, hoje, do que o brasileiro. E mais "legítimo", pelo fato de ter muito maior apoio popular.

A resistência de Collor em compartilhar o poder e o fato de "o Congresso ter medo de votar um 'impeachment'", indicariam, a seu ver, que a sociedade brasileira não é assim tão democrática, já que não haveria uma forma eficaz de responsabilizar o presidente por seus atos.

A certa altura, Dornbush foi além e disse concordar com a "rationale" mexicana de se preocupar antes em estabilizar a economia para depois abrir mais o sistema político. A afirmação parte do discutível pressuposto de que a flexibilização do sistema políti-

co mexicano está sendo resultado mais de um plano central de longo prazo do governo do que do acúmulo de enormes pressões internas e externas.

Dornbush acha que há o risco, no Brasil, de que a inflexibilidade de Collor acabe levando a uma vitória da esquerda, o que alteraria todo o equilíbrio latino-americano. Ele admite que falta uma organização forte da esquerda no País, mas sugere que uma extrema dificuldade na econo-

mia poderia levá-la ao poder.

O tema da conferência de Dornbush, de sua escolha, foi "A América Latina depois de Collor e de Castro". Para Cuba, ele prevê dois desfechos possíveis. Um seria o governo norte-americano apostar na queda de Fidel Castro com a deterioração da economia. Outro, seria Washington considerar Cuba como uma espécie de Alemanha Oriental, dada a importância da presença e da pressão da imi-

gração cubana em áreas como Miami.

A primeira alternativa poderia ser um longo e custoso equívoco. A segunda, supõe, poderia ser uma solução. Envolveria encontrar uma saída honrosa, gradual e negociada com Castro e a injeção de muito dinheiro, como aconteceu com a Alemanha em relação à sua metade Oriental. A longo prazo, acredita Dornbush, todos sairiam ganhando, os cubanos e os norte-americanos.